

Sumário

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I — SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO, CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE E LEGITIMIDADE DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL.....	7
1. SUPREMACIA CONSTITUCIONAL	7
1.1. O surgimento histórico da ideia de supremacia, Estado de Direito e a relação estreita com os direitos fundamentais.....	7
1.2. Supremacia constitucional e hierarquia normativa.....	19
1.3. Supremacia e rigidez constitucional	30
1.4. Constituição como Lei Fundamental e a razão de sua preservação.....	34
2. CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE COMO MECANISMO DE GARANTIA DA SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO.....	36
2.1. A necessidade de existência da fiscalização da constitucionalidade	36
2.2. Pressupostos da fiscalização e classificação conforme a natureza do órgão fiscalizante	42
2.3. Espécies de controle da constitucionalidade — critérios: sujeito, tempo, modo, interesses subjacentes, objeto do processo.....	50
2.4. Ausência de um padrão absoluto de controle da constitucionalidade	55

3. LEGITIMAÇÃO DEMOCRÁTICA DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL.....	58
3.1. Democracia e constitucionalismo	58
3.2. Jurisdição Constitucional: risco democrático?.....	60
3.3. Teorias positivistas: positivismo tradicional e positivismo normativo	64
3.4. Teorias pós-positivistas (tópica, teoria dos princípios e teoria do discurso), reserva de consistência e direitos fundamentais.....	71
CAPÍTULO II — INCONSTITUCIONALIDADE	99
1. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA DA INCONSTITUCIONALIDADE	99
1.1. Definição e perspectivas de análise da inconstitucionalidade	99
1.2. Valores jurídicos atribuídos à inconstitucionalidade	105
1.3. Os três planos: existência, validade e eficácia	110
1.4. Kelsen e validade (essência ou qualidade da norma jurídica?).....	116
2. SANÇÃO E DECISÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE	127
2.1. Regimes sancionatórios da inconstitucionalidade	127
2.2. Dissociação entre valor e efeitos e natureza da decisão de inconstitucionalidade	138
2.3. Ausência de teoria geral das nulidades, não aplicação ao direito constitucional da teoria civilista e nulidade atípica.....	146
3. A INCONSTITUCIONALIDADE NO DIREITO BRASILEIRO	158
3.1. Natureza da decisão de inconstitucionalidade no direito brasileiro.....	158
3.2. O advento das leis 9868/99 e 9882/99: modelação dos efeitos da decisão de inconstitucionalidade	176
CAPÍTULO III CONSTITUCIONALIZAÇÃO SUPERVENIENTE?	185
1. PROBLEMÁTICA E EXEMPLOS DO FENÔMENO DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO SUPERVENIENTE	185
1.1. Definição da problemática.....	185
1.2. Exemplos no direito brasileiro	187
1.3. Exemplos no direito norte-americano	196

2. NOVA CONSTITUIÇÃO E REFORMA CONSTITUCIONAL	200
2.1. Distinção	200
2.2. Lei fundamental nova e legislação infraconstitucional anterior: recepção/novação e inconstitucionalidade superveniente	215
3. CONSTITUCIONALIZAÇÃO SUPERVENIENTE? — EXPLANAÇÃO SOBRE AS POSSÍVEIS RESPOSTAS À INDAGAÇÃO FORMULADA	227
3.1. Premissas de análise	227
3.2. Cotejo com a inconstitucionalidade superveniente e com a novação	228
3.3. Análise de quatro alternativas de resposta à indagação formulada	239
CONCLUSÃO	255
BIBLIOGRAFIA	265